

MAR, OCEANOPOLÍTICA E GEOPOLÍTICA

“Se demonstras força, todos querem ser teus aliados; ao contrário, se mostras fraqueza, ninguém te dará importância; e se tendo riquezas, não demonstras forças, atrairás sobre tua cabeça todas as ambições do mundo.”

Xenofonte, pensador, general da cavalaria ateniense, adverte a Ciro sobre a Guerra da Pérsia (427/430 a.C. - 355 a.C.)

EMERSON COSTA ASSANUMA
Professor

O processo de delimitação territorial é universal, histórico e geográfico; e cada espaço possui singularidade. Mas demarcar a natureza é um ato de materialização de valor, com a apropriação da natureza (produção material) e da valorização do espaço pelo trabalho (modos de produção). Nasce disso um sentimento de pertencimento que os grupamentos sociais desenvolvem com o espaço em que habitam. Mas demarcar é algo arriscado porque remete à ideia de fechamento de área geográfica.

A fronteira, mesmo, é um conceito abstrato porque expressa uma zona ou um campo de interface. É uma subunidade, localizada na borda do território, algo mesmo difícil de ser demarcado, uma vez que compreende um conjunto de linhas imaginárias de projeção da influência ou domínio, exercício de poder e controle social, mas que não transmite uma

ideia de totalidade, uma vez que a globalização recalcula as coordenadas geográficas, pon-do os antigos marcos de lado à procura de novos limites territoriais.

Quer dizer, é mesmo do “território” que se inicia a dita marcha pela dominação da área adjacente à fronteira e por outros espaços, com a distensão do raio das operações militares. Isso imbrica em delinear uma nova área de influência, uma estratégia de posse, de dominação, de controle, de domínio, poder imediato, de gestão sobre a exploração dos recursos naturais, que nasce da vontade de crescer do Estado, seja em terra ou na imensidão do mar. Eis a definição de “territorialidade”, segundo Eli Alves Penha.

Temos, assim, a desconstrução do território com o capital impondo novos limites à soberania nacional. Ou seja, o acidente

natural enseja mais uma referência cartográfica do que propriamente limites precisos; pois, ainda que as montanhas e os rios sejam utilizados na representação espacial, é impossível expressar o limite, particularmente a (des)continuidade de elementos físicos, completa o professor doutor André Martin, da Universidade de São Paulo (USP). Portanto, nenhuma divisão político-administrativa garante privacidade, propriedade ou refúgio, de acordo com Hissa (2006).

Explica o professor da USP que, atualmente, a humanidade vive em estado de conflito; ademais, nem mesmo a unificação econômica europeia instaurou uma harmonia entre partícipes.

Alguns pesquisadores invocam o princípio da autodeterminação, enquanto outros especialistas exercem pressão no interior da sociedade e destacam o novo recorte geográfico da livre circulação de mercadorias e capitais. E, assim, a apropriação do espaço implica a revisão dos tratados.

Quer dizer: é falsa a teoria da unidade. Na verdade, é realimentado no processo de globalização (difusão mundial do capitalismo) o conflito de interesse no sistema internacional, hoje, talvez, mais do que antes, pois existe um desejo de alguns Estados cercearem a soberania de outros Estados sobre o mar.

Temos um processo desagregador. Diz André Martin: “Na versão francesa [a fronteira], trata-se do sentido coletivo de ‘pertencer’ a um espaço comum, nacional. Já para os norte-americanos, trata-se do espírito pioneiro que impulsiona os indivíduos”. (Idem, 1998: 50).

Nem mesmo a construção de unidade política se eterniza na órbita do Direito Pú-

blico Internacional entre cientistas políticos e economistas. É um risco acreditar numa cultura coletiva. Ou seja, a fronteira “perdeu o seu efeito controlador”, como bem disse Miriam de Oliveira Santos (2000: 18).

Então, cada um quer definir de quem é o pedaço.

Nisso, as construções jurídicas merecem atenção especial, uma vez que são elas que demarcam, no domínio da história diplomática, os limites espaciais de exercício da soberania do Estado, pois os agentes econômicos querem assegurar a desestruturação das fronteiras internacionais.

É interessante relembra, inclusive, o que dizia a pesquisa do renomado historiador Perry Anderson quando nós discorremos sobre o lugar reservado ao Atlântico Sul definido pela nova globalização – na questão do direito positivo –, que reconhece a primazia do direito internacional público sobre o sistema jurídico dos Estados.

Eis que, mais uma vez, os marcos e as balizas mudam de lugar.

Mas, lembra o Professor Martin, foi Jacques Ancel, um geógrafo, que observou a retração dos obstáculos naturais, a demarcação das novas divisões nos termos dos detentores do poder econômico mundial.

Em face disso, alguns atores constituem parcerias para obtenção de poder, recordando a tese de *mare liberum*¹, a qual diz que a posse do território não é garantida, segundo o direito natural. Existe relutância dos agentes em admitir a presença de uma zona neutra, em particular, sob a forma de fronteira nas configurações regionais, vindo à tona a questão da contestação dos mapas e da segurança nacional, por questão das reservas ecológica e mineral.

¹ É a liberdade do espaço oceânico, a fim do uso progressivo e sem restrições dos imensos recursos nele contidos pelos Estados, formulada pelo jurista holandês Hugo Grotius (1609), conforme Beguery (1979: 119-20).

Estudos em Relações Internacionais relacionados à América Latina, liderados por acadêmicos e diplomatas notáveis e realizados na década de 60, já nos alertavam sobre a intenção das grandes potências e instituições financeiras internacionais de ocultar planos de dominação nos programas de reestruturação econômica dos países periféricos, relembrando as intervenções direcionadas sobre o alheio – áreas oceânicas – patrocinadas por Portugal no século XVI, visando ao controle das rotas do Atlântico.

Por um lado, a nova geração de pesquisadores brasileiros pretere o poder marítimo brasileiro que inclui a Marinha Mercante, sobretudo a navegação de cabotagem e de longo curso. Logo, o Oceano Atlântico Sul ocidental hoje é definido como um espaço excêntrico de $19.703 \times 10^3 \text{ km}^2$ dissociado da questão nacional. Por outro

lado, o governo brasileiro acordou para a importância do Atlântico Sul ocidental. Felizmente, o governo iniciou uma operação de salvaguarda da Bacia Amazônica e a consolidação das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)², ou seja, a Zona Econômica Exclusiva, de 200 milhas náuticas, ou ZEE.

Todavia, é a alta tecnologia que, ocupando uma posição de destaque no planejamento territorial, redefinindo as coordenadas geográficas, potencializará as rela-

ções de poder entre Estados. E a Armada não é um poder onipresente na ZEE, sendo impossível a qualquer força naval, especialmente a Marinha do Brasil (MB), realizar ações operativas simultaneamente em todos os lugares do nosso mar.

“Territorializar” é imperativo à sobrevivência do Estado no espaço mundial. Diz Laura de Mello que “territorializar” é útil para desenhar limites; depois, ignorá-los na ânsia de alargar o território. Daí o aumento da tensão política entre os Estados.

O que o Brasil precisa é aumentar a pre-

sença da Marinha no Atlântico Sul ocidental para romper o isolamento geográfico das nossas ilhas oceânicas, porque possuímos muitos interesses nesse oceano. A ideia central aqui é alçar o desenvolvimento sustentável para enfrentar o “fim” das fronteiras geográficas.

E, como a guerra no mar vive uma época de modernização no

campo estratégico e operacional, e as Marinhas oceânicas já empregam várias armas inteligentes no controle das vias de comunicações marítimas, a MB incorporou à Armada navios avançados dotados de sistema de direção de tiro computadorizado para ampliar as ações de combate.

É mister a inclusão da Oceanopolítica no ensino de Geografia, ressalta o Comandante Carlos Frederico Simões Serafim; a rigor, porque a Oceanopolítica é alvitre do pensamento naval e uma das vias de ação

O que o Brasil precisa é aumentar a presença da Marinha no Atlântico Sul ocidental para romper o isolamento geográfico das nossas ilhas oceânicas, porque possuímos muitos interesses nesse oceano

² Largura adotada unilateralmente pelo governo para o Mar Territorial brasileiro, aliás pela primeira vez na legislação brasileira, mediante decreto do Presidente Médici no ano de 1970. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970.

do Poder Nacional por conta da importância econômica e militar do mar.

Nunca é demais lembrar que a Constituição Federal de 1988 consignou novas incumbências à MB na área do 9º Distrito Naval (Manaus), como obras de infraestrutura e de apoio médico-odontológico às comunidades carentes na calha do Rio Amazonas e, depois, algumas atribuições subsidiárias, dadas pelo Congresso brasileiro, nas águas interiores, como é o caso de vigilância e segurança da navegação. Surgiu, inclusive, a contribuição de um grupo tarefa dentro do Ministério da Defesa, encarregado de elaborar um plano de proteção das calhas fluviais da Bacia Amazônica da clandestinidade.

Em 2007, ano do bicentenário de nascimento do Patrono da Marinha, Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré (13/12/1807 – 20/03/1897), houve a decolagem do reaparelhamento dos meios navais, como a aquisição do Navio-Aeródromo (NAe) *São Paulo*.

Entretanto, o Poder Executivo teima em garantir o “superávit primário”, alertou o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Vejam, por exemplo, o que a Presidência da República fez entre 2004 e 2007, visando ao “interesse nacional”: mandou o Tesouro Nacional contingenciar os recursos da Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), deixando de repassar à Marinha cerca de 2,6 bilhões de reais entre 2004 e 2006, e reteve 3,538 bilhões de reais

em *royalties* do petróleo em 2007, diminuindo a capacidade dissuasiva da nossa Força Naval.

A nossa Esquadra, na maior parte, é constituída por navios em vias de aposentadoria e ainda em uso no patrulhamento marítimo. Muitas das embarcações e aeronaves da Armada estão com idade média muito avançada: cerca de 26,8 anos de idade, inclusive as unidades da Força de Submarinos. Em 2007, metade estava imobilizada, e o restante opera com restrições no patrulhamento da costa, ou seja, aquém da necessidade do

Poder Naval. A Marinha é quase uma Força fantasma!

Será que o nosso Poder Naval conseguirá realizar a patrulha naval e a caça em pontos longínquos das águas escuras? Isso não sabemos, mas a Marinha se esforça para cumprir o seu papel constitucional na Amazônia Ocidental. Ao longo dos últimos anos, a MB adotou soluções criativas ante à política fiscal, dando continuidade ao projeto do submarino nuclear, à vista da capacidade deste de ocultação e permanência no mar, diz o Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, submarinista.

A questão de forjar a integração do mar à Nação ganha maior espaço no quadro nacional porque o mundo vive um momento de intensa globalização. E, assim, valoriza-se a geografia. Lembre-se de que a Antártica bordeja o pensamento estratégico naval brasileiro.

A questão de forjar a integração do mar à Nação ganha maior espaço no quadro nacional porque o mundo vive um momento de intensa globalização. E, assim, valoriza-se a geografia. Lembre-se de que a Antártica bordeja o pensamento estratégico naval brasileiro.

O Tesouro Nacional contingenciou os recursos da Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), deixando de repassar à Marinha cerca de 2,6 bilhões de reais entre 2004 e 2006, e reteve 3,538 bilhões de reais em *royalties* do petróleo em 2007, diminuindo a capacidade dissuasiva da nossa Força Naval

Eis que a geografia revela-se uma área importante na gerência do presente e do que está por vir, lembra o geógrafo Wagner da Costa Ribeiro, e, assim sendo, a geopolítica dos recursos naturais como um instrumento de preparação político-militar.

Temos a visão de que o Atlântico Sul ocidental é uma área de pretensão territorial natural nacional, é sabido, desde a época da navegação a vela. A Oceanopolítica sugere interpretá-lo como integrante do planejamento estatal, mas o País ainda paga um preço alto pelo desmonte da indústria de construção naval (MARTIN, 1998).

O poder marítimo, ou *sea power*, reúne elementos de todas as áreas, incluindo o ingrediente militar *naval power* (corresponde à Marinha de Guerra nacional). O poder marítimo visa ao “domínio” do mar e ao uso de suas potencialidades almejando o desenvolvimento da Nação. Também é um dos elementos integrantes do Poder Nacional, junto do poder aéreo e do poder terrestre ou continental. Ele reúne elementos materiais, humanos, civis e militares, segundo o Capitão Mahan, além do aspecto histórico, da forma e da extensão territorial. Mas o peso maior é da posição geográfica, do modo de ser e da vontade de agir do povo – caráter nacional – e do desejo do governante, completa o Vice-Almirante Luiz Edmundo Brígido Bittencourt.

Mas o conceito de poder marítimo não é novo. Nasceu no Renascimento, no século XVIII, como estratégia de aperfeiçoamen-

to do capitalismo e da interconexão entre os aspectos geográficos, a expansão marítima das antigas potências europeias e a propagação da fé. A partir daí, inspirou a territorialidade, o acirramento da competição entre as potências europeias, o mercantilismo como elemento de valorização do mar na história ocidental, o nascimento das raízes da Oceanopolítica na expansão dos mercados, com nuances mais

definitivas entre o final do século XIX e o início do século XX. Dizem os Vice-Almirantes Luiz Edmundo Brígido Bittencourt e Armando Amorim Ferreira Vidigal sobre o assunto:

“Mentalidade marítima é a convicção ou crença, individual ou coletiva, da importância do mar para a nação e a disposição, atitude, comportamento ou vontade de agir no sentido de utilizar intensivamente as potencialidades do mar, nos campos polí-

tico, econômico, psicológico e militar, em proveito dos objetivos permanentes.” (1984: 15)

“Poder Marítimo é o conjunto de elementos de toda ordem capazes de assegurar a uma Nação o completo uso do mar e, eventualmente, negar ao inimigo do momento esse uso. Frota mercante, portos, estaleiro civil e naval para construção e reparo de embarcações, frota de pesca, legislação adequada, agências comerciais e, finalmente, uma frota de guerra, cuja

Temos a visão de que o Atlântico Sul ocidental é uma área de pretensão territorial natural nacional, é sabido, desde a época da navegação a vela. A Oceanopolítica sugere interpretá-lo como integrante do planejamento estatal, mas o País ainda paga um preço alto pelo desmonte da indústria de construção naval

principal tarefa é a proteção do tráfego marítimo nacional ou, eventualmente, o ataque ao tráfego marítimo do inimigo que, quando presentes da maneira adequada, contribuem para a existência do poder marítimo. O componente militar do poder marítimo, ou seja, o poder naval”. (VIDIGAL, 2002: 57-58)

Para o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, a Geopolítica é essencialmente um instrumento de ação do expansionismo e de projeção do poder do Estado, que nutre sonhos de “dominação” espacial. Tal ideia resultou na campanha do destino manifesto, ante a preocupação do planejamento, da segurança e da defesa nacional no debate sobre as políticas territoriais. Para ele, a Geopolítica é um recurso estratégico, isto é, um instrumento de planejamento.

No entanto, dizem outros autores, como é o caso do Vice-Almirante Vidigal, a partir da experiência adquirida na Marinha, que, se o País almeja tornar-se uma potência marítima, precisará satisfazer uma série de elementos relacionados ao poder marítimo.

A propósito disso, os modelos teóricos dos navalistas de Annapolis apoiaram a expansão do poder marítimo norte-americano que incluiu a Oceanopolítica como instrumento de assessoramento do planejamento das ações do governo para agregar rotas marítimas, mundializar as relações e assegurar a dominação de mercados, levando à acumulação ampliada do capital.

Temos aqui no Brasil duas linhas de fronteira: uma banda terrestre (consolidada), de 150 km de largura³; e uma faixa marítima (em fase de consolidação), de 4.212.500 km², que corresponde a 0,05% da área do

Atlântico Sul. Tal área marítima de interesse abrange as águas, solo e subsolo da Plataforma Continental (PC)⁴, que o planejamento estatal chama ZEE, de 3,5 x 10⁶ km², cujos limites exteriores medem cerca de 712.500 km² (TAGORE, 2004; CASTRO, 1983; MORAES, 1999; MMA, 2002).

A ZEE é um dos espaços marítimos mais importantes para o Brasil. Também é de natureza complexa. Tal área é um espaço adjacente à Zona Costeira (ZC), localizada entre 4°30'N-33°44'S, numa zona intertropical e subtropical. Trata-se de uma zona de interface (transição) ecológica, cuja ultrapassagem é prioritária ao Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008). A ZEE mede 228 milhas náuticas (mn) de largura, a partir da linha de base da PC, ou seja, o prolongamento geofísico de 12 milhas (22,2 km)⁵ da costa, em linha reta, até o limite da fronteira marítima brasileira, 317,20 milhas náuticas (370,4 km). Nela, o Direito Internacional garante a passagem inocente dos navios e sobrevoos, mas proíbe a permanência nessas águas para fins de exploração econômica nas águas jurisdicionais, explica CUNHA (1988).

Foi a demarcação da ZEE que levou ao entrelaço de diplomatas brasileiros e norte-americanos na reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em 10 de dezembro de 1982 em Montego Bay, Jamaica, sob o argumento de que o projeto “do Brasil” prejudicaria algumas atividades econômicas no mar. Mesmo assim, o Brasil aprovou o limite de 200 milhas com ajuda de 129 países ante o veto deles, bem como de Israel, Venezuela e Turquia, além da abstenção de voto de 17 países sobre a questão.

³ Diretriz regulamentada na Lei nº 6.634/79 e no Decreto nº 85.064/80.

⁴ A PC abrange a AJB; cuja exploração é prevista no Primeiro Plano Setorial para os Recursos do Mar (I PSRM, 1974), realizado na administração do Almirante Geraldo Azevedo Henning (15/03/1974-15/03/1979).

⁵ O comprimento de 1 milha náutica, ou milha marítima, é igual a 1.852 quilômetros.

No dia 4 de janeiro de 1993, o governo Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.617, ratificando os limites do Mar Territorial, Zona Contígua, Plataforma Continental e Zona Econômica Exclusiva, consoante a Segunda Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (II CNUDM) ou Convenção de Montego Bay. Nesse sentido, dispôs que o Mar Territorial brasileiro se estende a uma distância de 12 milhas, para nós, como zona de soberania absoluta, e para a ZEE uma distância de 188 milhas marítimas a partir do Mar Territorial, podemos depreender, como zona geográfica de liberdade consentida permanentemente à navegação inocente e onde o Estado costeiro detém a soberania na exploração, diz o artigo de Medeiros de Albuquerque (2008).

A ZEE é, sobretudo, uma área onde o Estado costeiro detém os direitos sobre a gestão dos recursos naturais vivos e não vivos do leito e do subsolo oceânico, o que inclui, portanto, os direitos sobre os recursos naturais pertencentes à linha da Zona Contígua, de 12 milhas, situada ao lado do Mar Territorial.

O governo brasileiro nominou as ilhas oceânicas brasileiras, além da linha do equador, rumo às águas transparentes do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, ASPSP, composto por um conjunto de ilhotas. E, na enseada do arquipélago, a 918 km (510 milhas) de Natal (RN) e 1.800 km de Dakar, Senegal, a Marinha do Brasil instalou uma estação científica em 1998. Demos cumprimento às normas do Art. 121, §3º da Convenção Internacional de Montego Bay sobre os direitos na plataforma continental. Nasceu o Programa Arquipélago para criar a Lei do Mar, lembra Simões Serafim.

Em 17 de junho de 2004, decorrido o prazo de dez anos estabelecido pela ONU para

os estados costeiros encaminharem as suas propostas de revisão dos limites da PC, lembrou o senador amapaense Papaléo Paes, a delegação brasileira entregou à ONU requerimento para ampliação do limite da nossa fronteira marítima, prevista no artigo 76 da I CNUDM sobre a definição de PC. A proposta é aumentar a área de 200 milhas náuticas da ZEE para 350 milhas, com base na teoria da zona de contato⁶ (quebra natural da PC), ou seja, área de 3.539.919 km² para 5.400.000 km².

Foi demonstrado ao secretariado da ONU que o nosso projeto oceânico cumpriu as exigências de uso pacífico dos recursos naturais, exploração racional das águas do Atlântico Sul ocidental e, principalmente, proteção ambiental ao longo de 8.698 km de litoral, cuja maior parte está situada na zona intertropical.

Por isso, a Marinha mantém desde 1957 um Posto de Observação Oceanográfica na Praia dos Portugueses, leste de Trindade, relacionado à Oceanografia Física e Biológica e Biologia Marinha, com atividades tais como: medição da temperatura média anual, chuvas, movimentação atmosférica, condições do mar e qualidade das águas da Corrente do Brasil, senso de aves marinhas migratórias e a pesquisa sobre quelônios⁷. Também instalou no ASPSP um posto do Programa Arquipélago (Proarquipélago, 1998), de modo a garantir ali a habitação humana. Foi atendida a determinação do Art. 121, §3º, do plano de ações de Montego Bay, que trata do Regime de Ilhas. A estação científica marinha permanente na ilha (rochedos) oceânica de Belmonte, coordenada pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), e instalação de um farol ali, cuja responsabilidade é da Marinha brasileira, que objetiva garantir jurisdic-

⁶ Trata-se do estudo geopolítico de Therezinha de Castro acerca da defesa das fronteiras nacionais.

⁷ Tartaruga-de-couro e tartaruga-de-pente.

ção adicional sobre uma área de cerca de 450 x 10³ km² na ZEE (GUSMÃO, 2006; SOUZA, 2007; MACIEL, 2003). A intenção do Executivo é diminuir a guerra de interesse sobre os recursos vivos e não vivos na nossa ZEE. Mantivemos a PC na agenda política, de modo a expandirmos o território marítimo até 350 milhas.

Em 20 de abril de 2007, a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC) emitiu parecer favorável à proposta inicial do governo brasileiro sobre o limite da PC, entregue em 17 de maio de 2003, sendo concedido o direito de acrescentar à ZEE brasileira somente a área do Platô de São Paulo, que corresponde a 75% da área marítima pretendida, explica o Comandante Amaury Marcial Gomes Júnior.

O nosso maior problema é cumprir o protocolo de exigências da ONU para explorarmos os recursos vivos e não vivos na ZEE. Inclui-se, para tanto, realizarmos estudos sobre os nossos ecossistemas⁸ insulares no Atlântico Sul, a nossa “Amazônia Azul”: cone do Amazonas; Margem Continental Sul; cadeia norte do Brasil e Fernando de Noronha; cadeia Vitória-Trindade, a cerca de 1.200 km da costa brasileira, área de abrangência do Arquipélago Martin Vaz, a 60 km leste de Trindade, ambas as áreas nas águas do ES; parque nacional marinho do Atol das Rocas⁹, RN, localizado a 145 km (80 mn) a

oeste do Arquipélago de Fernando de Noronha, PE, portanto distante 260 km (144 mn) do continente, numa área que reúne 21 ilhas, totalizando 16 km².

Todavia, o Direito (*directus*, em latim) está em contínuo aperfeiçoamento e visa à harmonização entre grupos e/ou indivíduos, mediante um conjunto de princípios e regras que regem as relações: o ordenamento jurídico. E, sendo assim, a Organização das Nações Unidas concedeu-nos uma extensão de mar menor do que a requerida.

Talvez porque os técnicos da CLPC sentiram a pressão das alegações dos grupos econômicos dos países mais desenvolvidos, e/ou os protestos da indústria pesqueira fizeram a ONU rejeitar parcialmente a reivindicação da Cirm sobre as Regiões Norte e Sul do

Brasil. Somamos, a partir de maio de 2007, apenas 117,20 milhas náuticas (217,05 km), ou 712.500 km² de mar.

É extremamente importante gerenciarmos a apropriação econômica das imensas riquezas naturais da Zona Econômica Exclusiva, que é área submersa da plataforma continental, adjacente à zona de propriedade exclusiva, isto é, à zona costeira. Mas, atualmente, é somente o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), localizado em Cabo Frio, RJ, o órgão que oxigena a Oceanografia brasileira, comenta o Vice-Almirante Bakker. Existe um grave contraste entre a Marinha

Atualmente, é somente o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), localizado em Cabo Frio, RJ, que oxigena a Oceanografia brasileira

⁸ O ecossistema é uma *habitat* indispensável à manutenção da vida no planeta, cujas características condicionam a reunião em harmonia de espécies diferentes.

⁹ Está localizado na Região Nordeste. É um ecossistema marinho bastante diversificado na rota de migração de inúmeras espécies marinhas (aves e tartarugas), formado por bancos de recifes de corais. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) recomenda, por meio de trabalhos técnico-científicos, a criação de um programa nacional de conservação de recifes de coral, principalmente no Atol das Rocas, devido à pesca ilegal. Cf. Relatório do MMA, 2002.

do Brasil e a do Reino Unido, que mantém o Institute of Oceanographic Sciences (1945).

Já na Europa o cenário é bem diferente, porque o Comissariado de Pesca e Assuntos Marítimos da União Europeia sabe que é importantíssimo salvaguardar os recursos marinhos para a concretização dos interesses econômicos dos países costeiros.

Já a delimitação da ZEE resulta de um acordo diplomático realizado, IV CNUDM (Montego Bay, Jamaica, 1982), de modo a gerir a exploração dos recursos do leito, fundo e subsolo submarino até 200 mn, medido no prolongamento natural da PC.

A nossa área jurisdicional marítima cresceu de 3.539.919 km² para 4.252.419 km², ou de 200 mn para cerca de 317,20 mn, representando um reforço de 712.500 km² (ALBUQUERQUE, 2004; MONTEIRO, 2007). A intenção do Cirm é pressionar a CLPC com a publicação dos resultados do Projeto de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona

Econômica Exclusiva (Revizee), realizada em 4 de setembro de 2007: a distância alçará 911.847 km² ou mais 150 mn¹⁰, definindo 4.451.766 km², o que equivale a um território marítimo de 5,4 x 10⁶ km² (350 mn).

Tal intervenção mexe inexoravelmente com a Oceanopolítica e o meio ambiente.

A questão do direito de uso implica saber o que dizem as normas jurídicas sobre a liquidação de limites, uma vez que o

expan-sionismo é resultado da apropriação do meio, que é um dos aspectos de que trata a Geopolítica.

A Geopolítica clássica é uma ciência interpretada à luz das relações de poder dos Estados, que realça o espaço e a posição geográfica como potencialidades de cada país no espaço político, e, diante disso, inclusive, a própria história na consecução dos objetivos nacionais, lembra o Capitão de Mar e Guerra Joaquim Arinê Bacelar Rego. Ora, é fácil concluir que os seus fundamentos ajudam *per si* as superpotências a elaborarem a política doméstica e, também,

as relações externas sobre o espaço terrestre – teoria de poder terrestre – e sobre o espaço marítimo – teoria de poder marítimo.

As teorias da Geopolítica também são instrumentos de ação e de projeção de poder porque nutrem sonhos de “dominação” espacial ante a preocupação natural do planejamento estatal com a Segurança e a Defesa Nacional e, fundamentalmente,

na soberania nacional, lembra o Capitão de Fragata Marcos José Florêncio, colocando relevância na relação entre a política e a geografia, completa o Capitão de Corveta José Achilles Abreu Jorge Teixeira. Para o alemão Claus Von Clausewitz, a Geopolítica “é a continuação da ação política por outros meios” (MIYAMOTO, 1981: 4).

A concepção de Oceanopolítica (*Oceanopolitic*, inglês e norte-americano)

É seguro que a Marinha precisa de recursos de que não dispõe para ampliar os direitos de soberania nacional sobre as águas da Plataforma Continental. O seu desafio é driblar a ausência de recursos para retomar a indústria de construção naval militar

¹⁰ Há divergências com relação à extensão da área pleiteada. O site da Marinha cita 963 km² e no livro Mar no Espaço Geográfico Brasileiro, p. 20, é de 911 x 10³ km² para a Extensão da Plataforma Continental. Aqui realizamos o cálculo sobre 911.847 km². Disponível em: <<http://www.mar.mil.org>>.

surgiu do conceito de Geopolítica (*Geopolitik*, alemão). Porém, a terminologia está ancorada ao conceito clássico de “domínio” do mar, de modo a concretizar os sonhos imperialistas do Estado na guerra ou na paz.

Todo Estado que possui litoral detém interesses marítimos, vindo a influenciar imediatamente a vida, o comércio e a evolução da civilização, demonstrou a saudosa Professora Therezinha de Castro a propósito da discussão sobre o atual pensamento geopolítico brasileiro. E no litoral é realçado o papel do poder naval (*naval power*) como subconjunto do poder marítimo e recurso imediato do Estado na paz e na guerra, posto a inserção das águas tropicais na globalidade, disse Vidigal, e consequentemente a sustentação do direito sobre o Mar Territorial. Também a diplomacia é indispensável na manutenção da paz neste cenário, porque o valor dos recursos oceânicos gera repercussões imediatas dos sonhos de dominação de um Estado, como já dizia o Professor Paul Claval. Porém, a gestão do território gera assimetrias e desequilíbrios, porque a diplomacia limita mas não elimina a beligerância entre as partes.

Tais aspirações abriram o caminho da Oceanoestratégia, que é o planejamento referente à parte militar, situada no Poder Naval, ou Força Naval¹¹. Logo, a *Oceanopolitic* aponta um ciclo de crescimento e de oportunidades na relação Estado-território.

Mas felizmente os novos geopolíticos aliviaram o aspecto de determinismo geográfico, cujas aspirações remetem à Escola de

Munique, diminuindo o aspecto de “doutrina de poder”, vinculada aos planos de dominação espacial e “consciência geográfica do Estado”, ou *Zeitschrift für Geopolitik*. E a nova geopolítica é identificada como conselheira, amiga, arte e diretrizes do Estado para ampliar as suas potencialidades à luz dos alicerces geográficos, com a Oceanopolítica apontando um ciclo de crescimento e de oportunidades na relação Estado-território, pronta para abrir uma janela que projete os interesses nacionais.

A questão do planejamento marítimo brasileiro envolve o modo de pensar e agir sobre o mar no cenário internacional, diz o Professor Shiguenoli Miyamoto. E o projeto oceanopolítico brasileiro representa algo mais do que um plano imediato de expansão sobre o mar e/ou uma teoria de dominação sobre áreas estratégicas e recursos minerais.

É seguro que a Marinha precisa de recursos de que não dispõe para ampliar os direitos de soberania nacional sobre as águas da PC. O seu desafio é driblar a ausência de recursos para retomar a indústria de construção naval militar.

A manobra de pressão pressupõe uma ação integrada para levar avante a legitimação, controle, defesa e presença do Brasil no mar, que abrange o instrumento de novas tecnologias de pesquisa do ambiente marinho.

Por isso, vamos meditar a consecução dos desafios aos objetivos nacionais atuais!
Boa caça!

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICAS> Geopolítica; Oceanopolítica; Orçamento; Governo;

¹¹ Poder Naval, ou Força Naval, compreende os navios da Esquadra, bases navais, depósitos, apoio logístico e arsenais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Hugo de. 1979. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ABBOT, Willis J. S.d. *The Naval History of the United States*. New York, Peter Fenelon Collier, publishers. Disponível em: <<http://www.gutenberg.net>>. Acesso em: 05.08.2008.
- ALVES, Ruy José Válka. 1998. *Ilha da Trindade*. Rio de Janeiro, RJ, SGDM.
- ANDRADE, Maria Inês Chaves de. 1994. *A plataforma continental brasileira*. Belo Horizonte: Del Rey.
- ARAUJO, Braz de 1993. *Novos Padrões de Pensamento Estratégico no Brasil?* São Paulo: NAIPE/USP (Estudos NAIPE/USP), vol. 1.
- BACKHEUSER, Everardo. 1952. *A Geopolítica Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- BECKER, Bertha K; EGLER, Claudio A. G. 1994. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BEGUERY, Michel. 1979. *A Exploração dos Oceanos. A Economia de Amanhã*. Tradução Américo Bandeira. São Paulo: Difel.
- BENKO, Georges. 1996. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec.
- BLACK, Bruce; WOHLSCHEGEL, Robert. 2006. *The legacy of Mahan for 21 century*. USAWC: Pennsylvania
- BOBBITT, Philip. 2003. *A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*. Tradução Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Campus.
- BONFIM, Uraci Castro. 2005. Geopolítica. In: BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército*. Rio de Janeiro: CPEAEx/EAD. Disponível em: <<http://www.ensino.eb.br>>. Acesso em: 11.10.2005.
- BRADLEY, A. Fiske. 1916. *The navy as a fighting machine*. U. S. Navy War College, New-port: Rhode Island. Disponível em: <<http://www.gutenberg.net>>. Acesso em: 30.07.2008.
- BRANDO, Pedro. 1958. *Por que não temos construção naval?* Rio de Janeiro: Lux.
- BRIGAGÃO, Clóvis. 1995. *Margens do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- BRITTO, Luiz Navarro de. 1986. *Política e Espaço Regional*. Tradução Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Nobel (Col. Espaços).
- CARVALHO, Delgado de. 1969. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional.
- CARVALHO, Leonardo Arquimino de. (coord.). 2002. *Geopolítica e Relações Internacionais*. Curitiba: Juruá.
- CARVALHO, Luiz Marcelo da França. 2007. *Sun Tzu e as operações de submarinos*. Monografia. EGN (C-PEM). Rio de Janeiro: EGN. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/biblioteca.htm>>. Acesso em: 17.07.2007.
- CASTRO, Therezinha de. 1994. *Nossa América: geopolítica comparada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Col. General Benício, vol. 301, publ. 611).
- CAUBET, Christian. 1979. *Fundamentos Políticos-Econômicos da Apropriação dos Fundos Marinhos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC.
- CHAUNU, Pierre. 1984. *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. São Paulo: Edusp.
- CHERQUES, Sérgio. 1999. *Dicionário do mar*. São Paulo: Globo.
- CLAUSEWITZ, Claus Von. 2000. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes.
- CLAVAL, Paul. 1979. *Espaço e Poder*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar.
- COELHO, Aristides Pinto. 1982. *Nos confins dos três mares... A Antártica*. Rio de Janeiro: Letras em Marcha.
- CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. 2000. *A estrutura de defesa do hemisfério ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- COSTA, Wanderley Messias da. 1992. *Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o território e o poder*. Tese – (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- COUTO e SILVA, Golbery do. 1981. *Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora (Col. Documentos Brasileiros, vol. 190).
- CUNHA, Marcus Sá da. 2006. *A indústria de construção naval: uma abordagem estratégica*. Dissertação – (Mestrado em Engenharia Naval e Oceânica) – Departamento de Engenharia Naval e Oceânica da Escola Politécnica. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 18.02.2007.
- DICIONÁRIO MARÍTIMO BRASILEIRO. 1961. Rio de Janeiro: Clube Naval.
- DOUMENGE, François. 1967. *Geografia dos Mares*. Tradução Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difel.
- FLORES, Mário Cesar. 1972. *Panorama do poder marítimo brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- FONSECA, Maurílio Magalhães. 1960. *Arte Naval*. Rio de Janeiro: SGDM.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO A PEQUISA DE RECURSOS VIVOS NA ZONA ECONOMICAMENTE EXCLUSIVA (FUNDAÇÃO PROZEE); SECRETARIA ESPECIAL DE PESCA E AQUICULTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEAP/PR); INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). 2006. *Relatório final do projeto de monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil – Projeto ESTATPESCA*. Brasília: DF. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/rec_pesqueiros>. Acesso em: 18.02.2008.
- GALLO, Jaques; VERRONE, Luiz Vicente. 1977. *O que é Oceanografia*. São Paulo: brasiliense (Col. Primeiros Passos).
- GREENHALGH, Juvenal. 1951. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História – 1822-1889*. Rio de Janeiro: A Noite.
- GUIMARÃES, Leonam dos Santos. 1999. *Síntese da doutrina de segurança para projeto e operação de submarinos nucleares*. Tese – (Doutorado em Engenharia Naval) – Departamento de Engenharia Naval da Escola Politécnica. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- HAZIN, Fábio Hissa Vieira (coord.). 1999. *Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha*. Brasília: IBAMA.
- HISSA, Cássio Eduardo Vianna. 2006. *A mobilidade das fronteiras. Inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2008. Localização das reservas preocupa Presidente da ANP. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Dinheiro, B1, 15 de maio.
- JACEGUAL, Artur; OLIVEIRA, Vidal de. 1901. *Quatro Séculos de Atividade Marítima – Portugal e Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.].
- LAMPREIA, Luiz Felipe. 1999. *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda.
- LENCIONI, Sandra. 1997. Região e Geografia. Tese (Livre-Docência em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. FFLCH. São Paulo: USP.
- LIMA, Inês de Oliveira. 1997. *Direito Marítimo: uma comparação entre a legislação da Argentina, Brasil e Uruguai*. Dissertação – (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Integração da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MAHAN, A. T. 1907. *From sail to steam: recollections of naval life*. New York: Harper & Brother, p. 4-7. Disponível em: <<http://www.gutenberg.net>>. Acesso em: 11.02.2008.
- _____. 1902. *Retrospect & Prospect. Studies in International Relations Naval and political*. Washington: John Wilson and Son.
- _____. 1883. *The Gulf and Inland Waters. The Navy in the Civil War*. Charles Scribner's Sons. New York, vol. 3. Tradução <http://www.google.com.br/language_tools>. Disponível em: <<http://www.gutenberg.net>>. Acesso em: 27.01.2007.
- _____. 1880. *The influence of Sea Power Upon of History (1660-1783)*. New York: D. Appleton. Disponível em: <<http://onlinebooks.library.upenn.edu>>. Acesso em: 27.01.2007.

- MAIA JÚNIOR, Francisco de Sousa. 1954. *Influência do poder marítimo na grandeza e no declínio de impérios*. Rio de Janeiro.
- MARQUES, Adriana Aparecida. 2007. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese – (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/projetos>>. Acesso em: 13.05.2008.
- MARTÍNEZ, Pedro Fernando Castro. 1980. *Fronteras Abiertas: Expansionismo y Geopolítica en el Brasil contemporáneo*. México: Siglo XXI editores (Sociología y Política).
- MARTIN, André Roberto. 1998. *Fronteras e nações*. São Paulo: Contexto (Col. Repensando a Geografia).
- MATTOS, Carlos de Meira. 1990. *Geopolítica e Teoria das Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- _____. 1980. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- MAURO, Frédéric. 1989a. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. I.
- MÁXIMO, Antonio. 1986. *O espaço nacional: conquista, ocupação e organização*. São Paulo: Leopoldianum.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. 1999. *Quem tem medo de geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp.
- _____. 1987. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação – (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MENDES, Andrea Ribeiro. 2006. *A Constituição das Fronteiras Marítimas Brasileiras: do “Mar Territorial” à “Amazônia Azul”*. Dissertação – (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências e Estatística/IBGE. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/pos_graduacao/.../andrea_ribeiro_mendes.pdf>. Acesso em: 11.01.2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2003. *Plano nacional de gerenciamento costeiro*. Brasília: DF. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 18.02.2007.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. 1995. *Geopolítica e Poder no Brasil*. São Paulo: Papirus.
- _____. 1990. *Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64*. São Paulo: Universidade de Campinas.
- _____. 1987. *Aspectos da geopolítica do Brasil: considerações sobre os “grandes temas”*. Marília: Unesp (Séries Monográficas, Política 4).
- _____. 1985. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico (geopolítica e política externa do Brasil pós-64)*. Tomo I. Tese – (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- _____. 1981. *O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)*. Dissertação – (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. 2005. Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In: KRITCH, Raquel; RICUPERO, Bernardo. (Orgs.). *Força e legitimidade: novas perspectivas?* Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento. São Paulo: USP/Humanitas.
- _____. 1999. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- NADER, Ricardo Saleimen. 2003. *Brasil: Geoestratégia e Defesa*. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia. São Paulo: USP.
- NETO, José Dias. 2002. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil*. Dissertação – (Mestrado em Oceanografia Pesqueira) – Departamento de Biologia Marinha. Brasília: Universidade de Brasília.

- PENHA, Eli Alves. 1998. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Tese – (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Geociências. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. S.d. *A Fronteira Marítima Brasileira e a Geoestratégia Sul-Atlântica*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 1-10. Disponível em: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08.02.2010.
- PEREIRA, Sergio Luiz Nunes. 1997. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922*. Dissertação – (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- PILETTI, Felipe José. 2008. *Segurança e Defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não tradicionais*. Dissertação – (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/teses/felipe_piletti.pdf>. Acesso em: 02.11.2008.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática (Temas 29).
- RIBEIRO, Wagner Costa. 1994. *Os militares e a defesa no Brasil: a indústria de armamentos*. Dissertação – (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. 1994. *O que são relações internacionais*. São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos 296).
- SCHILLING, Paulo. 1981. *O expansionismo brasileiro. A geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global.
- SENE, José Eustáquio de. 2001. *A globalização como fenômeno multidimensional e sua manifestação no espaço geográfico*. Dissertação – (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SENNES, Ricardo U. (ed.). 1999. *Brasil e a política internacional*. São Paulo: IDESP (Colección Paz y Seguridad en las Américas).
- SILVA, Alberto da Costa e. 2003. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ.
- SILVA, Alípio Jorge Rodrigues. 2007. O que é Geopolítica. In: *Amazônia Azul: A Nova Realidade Geopolítica Brasileira*. Monografia. EGN (C-PEM). Rio de Janeiro: EGN, p. 8. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/biblioteca.htm>>. Acesso em: 27.01.2007.
- SILVA, Marcelo Raimundo da. 2004. *Tratado de Tlatelolco: paralelo entre a assinatura e a ratificação brasileiras*. Grupo de Pactos e Tratados – Centro de Estudos Latino-Americanos – Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional. UNESP.
- SILVA, Marcello Muniz da. 2007. *Análise da estrutura de financiamento à indústria de construção naval*. Dissertação – (Mestrado em Engenharia Naval e Oceânica) – Departamento de Engenharia Naval da Escola Politécnica. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 18.02.2007.
- SILVA, Paulo Moreira da et al. 1973. *O Mar. Direito e ecologia*. Rio de Janeiro: FGV.
- SILVEIRA, A. F. Azeredo da. 1996. *Organização do Ministério das Relações Exteriores: lições de uma experiência*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores (Seção de Publicações).
- SILVEIRA, Cláudio de C. (2002) *Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítima da Marinha do Brasil* (C-PEM). Tese – (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade de Campinas. Disponível em: <<http://www3.ndu.edu/chds/redes2002/Documents/Papers>>. Acesso em: 19.03.2007.
- STEVENS, William Oliver; WESTCOTT, Allan. 1920. *History of Sea Power*. New York: George H. Doran Company. Disponível em: <<http://www.gutenberg.net>>. Acesso em: 21.10.2008.

- SUMIDA, Jon. 1999. *Alfred Thayer Mahan, Geopolitician*. London: Colin S. Gray and Geoffrey Sloan.
- VESENTINI, José William. 2003. *Geografia política e nova ordem mundial: uma interpretação*. Tese (Livre Docência em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. FFLCH. São Paulo: USP.
- _____. 2003. *Nova ordem, imperialismo e geopolítica global*. São Paulo: Papirus.
- VIEIRA, Friederick Brum. 2005. *Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos*. Dissertação – (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Av. Alfred Agache, s/nº – Centro.
Aberto de terça a domingo, de 12h às 17h.
Entrada franca.



Lutei na 2ª Guerra, e hoje dou testemunho da participação do Brasil

Eu sempre gostei de aventuras. Singrar os mares foi o meu destino. Participei de acontecimentos históricos. Estive em ambientes hostis, onde realizei várias missões – de apoio no transporte de tropas e patrulhamento em zona de guerra; também participei de comboios. Tive uma vida repleta de emoções.

Sou um imigrante, mas hoje posso dizer que sou brasileiro. Era um garoto quando cheguei no Brasil, e aqui ajudei a fazer a história desse imenso país em mares distantes. Eu era da Marinha americana, mas em agosto de 1944 vim transferido para a Marinha do Brasil, e com ela lutei na Segunda Guerra Mundial. Quando terminou o conflito, fui trabalhar na Flotilha de Contratorpedeiros, depois no Esquadrão de Avisos Oceânicos, onde continuei a cumprir importantes e diversificadas missões.

O tempo passou, foram 40 anos de atividade. Naveguei 295.405 milhas, 1.423 dias de mar. Mas me sinto ainda jovem, com muito por fazer. Por isso decidi não parar. Claro, tive que me adaptar aos novos tempos, fazer algumas mudanças.

Como bom marinheiro, gosto de contar histórias. E esta é a minha atividade hoje. Dou testemunho da contribuição brasileira à vitória dos Aliados. Se você quiser saber mais sobre mim e daquele que foi um dos mais importantes eventos do século XX, venha me visitar. Estou atracado no Espaço Cultural, esperando por você.



Navio-Museu Bauru – uma Exposição Permanente sobre a participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial.